HISTORIOGRAFIA: uma revisão

Passés recomposés. Champs et chantiers de l'histoire.
Dirigido por Jean Boutier e Dominique Julia.
Paris, Editions Autrement, 1995.

Alzira Alves de Abreu

As primeiras tentativas sistemáticas de reflexão sobre o ofício riador ocorreram a partir dos anos 1960. O resultado dessa experiência pode ser analisado através de *Faire de l'histoire*, obra editada em três volumes em 1974 sob a direção de J. Le Goff e P. Nora. Para dar continuidade à reflexão, os organizadores de *Passés recomposés* recuperam os pontos essenciais desta obra mostrando que ela representou, naquele momento, um balanço da historiografia e a passagem de um paradigma em que a análise macro-econômica era primordial para uma história centrada nos sistemas culturais.

Faire de l'histoire foi o prenúncio de uma ruptura, mas seu ecumenismo levou a uma forte contradição entre autores que não tinham preocupação com a coerência do conjunto de suas proposições. De toda forma, passados 20 anos, os autores de *Passés recomposés* constatam que a história dos anos 1990 seguiu as mudanças diagnosticadas ou sugeridas por *Faire de l'histoire*. O historiador ampliou seu campo de análise e introduziu novos objetos de estudo, bastando lembrar a história das "atitudes coletivas", diante da morte (P. Ariès, M. Vovelle), diante do medo (J. Delumeau) ou diante da vida (J. Gélis), a história dos gestos (J. C. Schmitt), das cores (M. Pastoureau), dos nomes (L. Pérouas, J. Dupâquier) ou dos estados afetivos (A. Corbin). Novos temas continuaram a surgir levando a uma reformulação das análises, como o das formas de sociabilidade no interior da história social (M. Agulhon), o das relações e das dinâmicas econômicas de longa duração com as "economias-mundo" (I. Wallerstein), o das relações entre as atividades econômicas, o das estruturas demográficas e das configurações sociais no modelo da "proto-indústria", que hoje é tão discutido, ou o da cons-

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 16, 1995, p. 307-312.

trução da memória nacional, com o trabalho *Lugares de memória*, de P. Nora. Muitos temas já definidos adquiriram visibilidade e legitimidade, como a história das empresas industriais, comerciais ou financeiras, e outros estão quase constituídos, como a "história do tempo presente", que encontra dificuldades para se legitimar diante da crítica da história em relação às reconstruções da memória, devido à velha crença de que é necessário uma distância entre o historiador e seu objeto de estudo, e que só o recuo do tempo permitiria a "objetividade". Mas não há dúvida de que acontecimentos traumáticos como a Segunda Guerra Mundial e o genocídio nazista tornaram necessária a emergência da história do tempo presente.

A história social e econômica, que dominou durante muito tempo, se apagou diante do avanço da história cultural, da história política, medieval, moderna e contemporânea. A realidade histórica foi deixando de ser estudada como um objeto dotado de propriedades pré-existentes à análise, para ser vista como um conjunto de inter-relações em movimento no interior de configurações em constante adaptação.

Mas a pergunta que fazem os organizadores de *Passés recomposés* é como explicar, diante desse panorama e de toda essa riqueza de novos conteúdos, e diante do grande sucesso de revistas anglo-saxônicas e da enorme vitalidade da produção editorial em história, que atingiu inclusive um público não especializado, por que alguns historiadores, franceses, ingleses e norte-americanos, falam de incertezas, de dúvidas e de crise da história. Isso significa que estaria havendo uma crise geral das ciências sociais, ou simplesmente uma mudança dos grandes modelos de compreensão que vinham sendo utilizados pelos historiadores? Significa que a história, no momento em que se esforça por "historizar" o conjunto das realidades sociais, estaria enfrentando desafios impostos por outras disciplinas, especialmente a filosofia, quer se trate da filosofia analítica ou da filosofia moral ou ética, que negam a historicidade de certas realidades em nome de um sujeito universal e "transhistórico"? Não é só isso: a própria história, enquanto disciplina científica, também está sendo questionada.

Esta coletânea traz a colaboração de 24 autores das mais diferentes escolas, lugares e tendências, e busca responder às razões para as dúvidas, as incertezas e a crise que afetam a história. Na verdade, o livro é um balanço dos erros e acertos da historiografia nas últimas décadas e apresenta inúmeros temas que constituem as grandes linhas dos debates da história presente.

Pode-se tomar as análises estatísticas, com a utilização de séries, de grande número de dados, e com o uso do computador, como uma das concepções que trouxeram frustração a muitos historiadores que acreditaram, com essa orientação, tornar a história mais objetiva. A história quantitativa, prestigiada nos anos 60, foi perdendo o seu papel de inovadora dos métodos de pesquisa nos anos 90. Jean-Yves Grenier destaca, entre as razões que explicam essa mudança, a crítica à explicação histórica que privilegiava uma representação do mundo baseada em múltiplas totalidades econômicas, sociais ou culturais. Para dar conta de todas as variáveis e da articulação dos diversos elementos que interferem no sistema social, só o critério quantitativo era considerado possível, capaz de identificar e classificar. Ocorre que esse tipo de representação foi sendo modificado, e a pré-existência de totalidades passou a ser questionada. Além das críticas ao estruturalismo, o sucesso da micro-história, a reintrodução dos agentes nos grandes processos históricos, alteraram a perspectiva historiográfica, deixando em

segundo plano o quantitativo. A utilização de novas técnicas sem dúvida alguma enriqueceu e diversificou a profissão do historiador. Mas isto não quer dizer que o seu trabalho se reduza a um conjunto de operações técnicas: ele está orientado, em primeiro lugar, para a produção de um *sentido*, seja o da explicação ou o da interpretação histórica.

Na mesma direção se coloca o artigo de Simona Cerruti, que procura mostrar que durante muito tempo os estudos dedicados à história social partiam de uma apresentação preliminar da população, de sua fisionomia social, de seus modos de produção e de suas hierarquias internas. Essa apresentação, de um lado, se voltava para a descrição das diferentes ordens sociais (os nobres, a burguesia, o comerciante) e, de outro, para a classificação por categorias sociais, a repartição dos habitantes por setores de atividades (indústria, manufaturas, serviços). Em um segundo momento podia-se fazer uma análise detalhada dos aspectos mais específicos da vida social. Nos anos 60-70 começou-se a discutir a validade dos critérios para a atribuição de uma nomenclatura profissional. Ultimamente, ou seja, nos anos 80, as categorias profissionais começaram a sofrer sérias críticas, e as perguntas que os historiadores fazem incidem sobre as formas de elaboração dessas classificações, que levam a definir os grupos profissionais como um instrumento de identificação dos indivíduos.

Cerruti destaca, principalmente, a questão da forma de leitura da vida social que se fazia, que era o resultado de um compromisso entre a vontade de ver uma pretensa continuidade da organização corporativa do Antigo Regime e a noção, moderna, embora vaga, de "meio social". A seu ver, os estudos de Natalie Zenon Davies sobre a cidade francesa de Lyon no século XVI alteraram profundamente a imagem tradicional da estratificação social em uma cidade no Antigo Regime. Foi a partir de um princípio aparentemente simples que Davies provocou essa mudança: é preciso, segundo ela, reler os documentos dando uma atenção especial à sua linguagem. O resultado foi a multiplicação dos atores sociais. Um dos exemplos que se encontra no trabalho de Davies é que em Lyon, durante a Renascença, a idade e o sexo não eram apenas variáveis no interior da escala de profissões, mas representavam igualmente grupos sociais que tinham um lugar reconhecido na estratificação urbana. Esses grupos de idade e sexo tinham funções de ordem e de controle e estavam legitimados no plano jurídico, mas seriam invisíveis se fosse adotada a classificação sócio-profissional. Ao mesmo tempo, Cerruti indica que essas classificações mascaram determinados atores sociais e inventam outros. Esta crítica se apoia na constatação de que a taxinomia não é um instrumento neutro que busca refletir a realidade. A lingüística aparece então como um dos instrumentos que permitem revelar o universo cultural, analisar as construções discursivas e explicar a distância entre ideologia e comportamento social. Mas a linguagem deve ser considerada como ponto de partida, pois é preciso reintroduzir na análise os atores sociais que a utilizam.

Um outro tema que está no centro dos debates e que provoca questionamentos e muitas dúvidas entre os historiadores é a relação entre história e narrativa. François Hartog traz nesse sentido uma reflexão das mais importantes. Ele começa lembrando que a recusa da narrativa pelos historiadores dos *Annales* foi, de início, uma rejeição da história positivista, então dominante, a história "historizante", ou do acontecimento. Essas duas palavras eram usadas como sinônimos. Mas nessa expressão desvalorizada não houve em nenhum momento a preocupação de problematizar a narrativa en-

quanto tal. A história narrativa era simplesmente aquela que colocava em primeiro plano os indivíduos e os acontecimentos. O questionamento dessa posição começou sob a pressão das ciências sociais, porque o objeto dessas ciências não é o indivíduo, mas os grupos sociais, não são os acontecimentos na sua superficialidade, mas o "fato social total". Verifica-se então que o tempo da história deixou de ser o acontecimento, muito breve e não significativo, para ser o tempo social que abrange ciclos, conjunturas, estruturas e crises. Junto com essa mudança deu-se o abandono da narrativa. O autor lembra que Paul Ricoeur fala do "eclipse" da narrativa, porque ela não desapareceu, ela deixou de ser visível mas continuou presente. E é Ricoeur que mostra que a Escola dos *Annales* não rompeu com a narrativa, mas inventou um novo tipo de intriga que se relaciona e é parte das estruturas, dos ciclos e dos acontecimentos. O acontecimento tem funções diversas, pertence a todos os níveis e pode ser definido como uma variável da intriga. Assim, a história não deixou de falar dos fatos e gestos dos homens, de contar, mas passou a fazê-lo de maneira diferente.

Ao lado dessas mudanças, Hartog observa que a lingüística adquiriu nos anos 60 grande importância, e ao mesmo tempo surgiu uma crítica literária que levou ao extremo as análises de Paul Ricoeur e mais recentemente de Hayden White sobre a narrativa. Tais análises colocam a história como um simples gênero literário, negando-lhe toda pretensão de ter um discurso da verdade. A dúvida hoje é se as obras históricas não seriam obras de ficção, já que a história é narrativa, e esta é em primeiro lugar um gênero literário. O recurso inevitável à narrativa não pressupõe o abandono de toda a intenção de "verdade"? Hartog lembra que o historiador pretende construir fatos "verdadeiros", mesmo sabendo que esta verdade é parcial, imperfeita e muitas vezes insatisfatória. Não existe trabalho histórico sem a produção de dados, sem estar apoiado em documentos, e estes não podem ser utilizados com qualquer significação, de acordo com a subjetividade ou parcialidade do historiador. O imperativo da verdade, durante muito tempo desconsiderado como um avatar do "positivismo", voltou hoje ao primeiro plano das preocupações dos historiadores.

Outra questão que divide as preocupações dos historiadores é o modelo global, ou da "estrutura-conjuntura", que dominou os anos 60. Este modelo tinha ligações com uma representação do universo social vagamente derivada do marxismo. Como mostram Jean Boutier e Dominique Julia, os grandes paradigmas referenciados a Marx e Freud deram lugar a inúmeras *approches* teóricas com instrumental diversificado e em geral tomadas de empréstimo das outras ciências sociais. Alguns exemplos são apresentados pelos autores, como: a "microfísica do poder" de M. Foucault, a "reprodução social", as "estratégias", os "campos" ou o "habitus" de P. Bourdieu, o "espaço público" de J. Habermas, a "configuração" ou a "interdependência" de N. Elias.

Para R. Chartier, os historiadores de hoje, como os do passado, não construíram instrumentos teóricos próprios, o que significa uma deficiência de pensamento. Entretanto, para esse autor, os historiadores passaram a exigir um diálogo mais profundo e mais rigoroso com as outras ciências, onde se misturam a recusa de uma fraca interdisciplinaridade e um forte esforço de tradução conceitual. Os estudos de Bernard Lepetit sobre história urbana ou de Christophe Charle sobre história social seriam exemplos significativos de novos tipos de relações que os historiadores mantêm com a economia ou a sociologia. Nenhuma dessas formulações tem ambição totalizante: elas correspondem às necessidades de

uma história especializada, com horizontes limitados, dizem respeito essencialmente a duas áreas que se projetaram nos 1980: a história política e a história cultural.

Uma nova ambição "totalizante" surgiu recentemente a partir do político e do cultural. A história crítica da Revolução Francesa proposta por F. Furet é o melhor exemplo da tentativa de totalidade a partir do político, que é o nível mais global da organização social. Um outro exemplo de tentativa de volta à história globalizante pode ser visto nos *cultural studies* norte-americanos, onde o mundo em sua totalidade se inscreve na esfera das práticas e produções culturais. Essas duas tentativas se baseiam em uma mesma lógica: criar um novo paradigma buscando a instância mais central e mais globalizante.

Outras lógicas partem de uma constatação oposta: a construção do objeto histórico, que supõe um corte específico do real, é incapaz de dar conta de todo o espaço histórico, das singularidades, das categorias específicas etc. Para responder a esses silêncios, duas estratégias diferentes foram propostas. A primeira foi desenvolvida pela micro-história italiana, com Edoardo Grendi, Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Nesse caso o foco da análise faz emergir outras configurações, onde aparecem com toda a sua complexidade as relações sociais e as estratégias individuais e coletivas. Aparecem modelos de compreensão mais operatórios que permitem entender o jogo que se passa na periferia. E. Grendi utilizou a noção de "excepcional normal", o que pode significar que uma sociedade se lê melhor a partir da periferia do que do centro. A micro-história levou a um outro enfoque, aquele que atribui grande importância ao detalhe quase insignificante e ao seu tratamento. Neste caso não é importante trabalhar com modelos formais para explicar racionalidades típicas de uma categoria social, mas volta-se propositadamente às desordens, às descontinuidades, a tudo aquilo que rompe com a normalidade. Daí a importância que se atribui à forma narrativa de escrever a história – ela é essencial para a compreensão do objeto. Mas aí surge a "questão da objetividade", que foi relacionada à narrativa histórica.

Esses textos mostram que a história deixou de ser a unidade integradora das ciências sociais, e que hoje se assiste a uma verdadeira dispersão de propostas, muitas delas contraditórias. Em oposição a essa nova história está Pierre Vilar, que em uma entrevista a Jean Boutier, transcrita na coletânea, fala de sua formação, dos caminhos que o levaram a se tornar historiador e do grupo que exerceu influência sobre a sua maneira de fazer história. Ele lembra de como se constituiu a comunidade de historiadores, em torno de uma comunidade de trabalho, unida por uma mesma concepção da história. Dessa comunidade participavam, entre outros, Fernand Braudel, Lucien Febvre, Ernest Labrousse, J. Mouvret e P. Goubert. Ao falar da história que se faz hoje, a denomina de "história em migalhas" e mostra seu desacordo com as novas concepções dominantes. A história, segundo ele, deve "sintetizar os conhecimentos humanos e a evolução da humanidade". Explica que o "estudo da evolução de um fenômeno, entre duas datas, pode esclarecer muito bem as coisas, mas não o todo; ora é o todo que me interessa." Assim defende a concepção da história total e se mostra, ao longo da entrevista, contrário a uma formação especializada do historiador.

Um outro texto que contribui para a compreensão das incertezas do historiador na nossa década é o de Étienne François, que analisa os problemas que se colocaram para o historiador diante da abertura dos arquivos da *Stasi* (polícia secreta da Alemanha Oriental). Ele lem-

bra que ao iniciar o trabalho de análise desses arquivos, os historiadores tiveram que voltar às regras elementares da profissão e colocar as seguintes perguntas: quem produziu esses arquivos? Em que condições eles foram produzidos? Com que objetivos? Eles expressam o quê? O que dizem eles, o que não dizem? A maior parte dos arquivos da RDA foi produzida pelo sistema político-administrativo-policial de um regime de tipo autoritário e ideológico, que utilizou em larga escala o delator. Assim, esses arquivos escondem mais do que revelam. O historiador pode cair na armadilha de pretender denunciar o regime através da imagem que ele quis deixar dele mesmo. Por outro lado, a leitura desses documentos é extremamente difícil para os leitores ocidentais que não têm experiência nem vivência das sociedades socialistas, de seus códigos, de suas linguagens. A linguagem é falsamente familiar, deve ser decifrada para se encontrar as intenções, na maior parte das vezes é complexa e enganadora.

O texto de Étienne François aborda ainda a questão de como pensar o *imprevisto* e como reintroduzir a *contingência* na história. Ele lembra que o ano de 1989 foi de surpresa total, que ninguém previu o que ocorreu. Isso tem implicações profundas e coloca em questão algumas legitimidades sobre as quais repousava o trabalho dos historiadores. Não somente confirma a incapacidade da história de fazer prospectiva, mas ainda revela a precariedade de nosso saber, os limites e a fragilidade de nossas reconstruções. A verdadeira questão é saber como levar em conta, dentro de certos limites, a dimensão do imprevisto, da surpresa e do acaso na história. Como modificar nossas formas de apresentar e de escrever o passado? O autor conclui que em 1989 não foi só o Muro de Berlim que caiu, mas também uma maneira de pensar e escrever a história.

Este livro, ao ser lançado no início de 1995 na França, provocou um grande impacto entre historiadores e cientistas sociais, que o receberam como um desafio estudo e múltiplas possibilidades de se fazer história. A coletânea não responde a todas essas questões, mas ao apresentá-las indica alguns caminhos que devem ser percorridos.

Alzira Alves de Abreu é pesquisadora do CPDOC-FGV.